

A COR DA TERNURA EM UMA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: VIVÊNCIAS, LEITURAS E LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Ana Fátima Cruz dos Santos¹
(UNEB/CAMPUS II/ PÓS-CRÍTICA/CAPES)

Resumo

A partir dos conceitos de literatura Afro-brasileira e Literatura Negro-brasileira, o presente texto objetiva apresentar uma leitura do conto A Cor da Ternura, da autora Geni Guimarães a fim de contextualizá-lo enquanto uma obra que se aproxima da proposta de Educação Escolar Quilombola, levando em consideração a implementação da Lei 10.639/2003. Seguimos enquanto aportes teóricos o manual Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (SECADI, 2006) e a Cartilha de Educação Quilombola (BRASIL, 2011) que preza, inicialmente, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Contemplamos a abordagem sobre identidade racial, diáspora negra africana e atenção às relações étnico-raciais no Brasil. Associaremos os saberes descritos na história do negro do campo observados na obra em diálogo com o ideal de educação escolar popularizado em determinados territórios quilombolas.

Palavras-chave: Educação Quilombola, Literatura Afro-brasileira, Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

Longa Trajetória
Descortinando a história
Um marco de luta, um fato real
Hoje somos referência,
Negros em evidência
Capacitados, político-cultural
(...)
Personalizados
Sobreviventes nessa meta
No processo de escrita
Reescrita é a história dessa terra
(...)

¹ Mestranda pelo Pós-crítica realiza pesquisa sob orientação da Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB/PÓS-CRÍTICA/Campus II).

(Afirmação ao Poder, *Caderno de educação do Ilê Aiyê*, 2006, p.67)

O estudo em caso é um recorte da pesquisa de mestrado do curso de Letras (UNEB²/Campus II), em andamento, pelo Programa em Crítica Cultural cumprindo os princípios da Linha 2 de Pesquisa embutidos em seu próprio nome: Letramentos, Identidades e Formação de professores(as). O tema é centrado em educação escolar quilombola em uma comunidade situada no Recôncavo Baiano.

Desde criança escutamos histórias de toda parte: pelos pais, familiares outros, educadores em nosso ambiente escolar e pelos desenhos animados (para aqueles/as que coexistem a Era Televisiva). Ao crescermos, continuamos a ouvir, mas também, a contar histórias, inventar e reinventar narrativas dependendo do interesse contextual. Porém, essas tramas teriam relação com nossas identidades? As histórias fazem jus a uma memória individual ou coletiva? Certamente, muito de nosso imaginário se referencia nessas histórias narradas em nossas infâncias.

A literatura infanto-juvenil nasce em fins do século XVII na Europa, contudo, sua legitimidade enquanto integrante da Literatura, no Brasil, acontece durante o século XIX(OLIVEIRA, s/n). Os exemplos dessa arte literária não se preocupava em representar a pessoa negra, e quando esta aparecia no texto, apresentava-se de forma estereotipada e/ou afirmando uma subalternidade do negro. A partir da década de 70, algumas editoras demonstram um cuidado em publicar trabalhos inovadores, apostando em uma imagem positiva do negro (seja ele criança, adulto ou idoso).

Dentre essas obras consideradas *inovadoras*³, encontra-se *A cor da ternura*⁴, quanto à construção de sua narrativa, “à tessitura do personagem negro [...], por meio da protagonista Geni, que delineou seu ser em face do universo circundante, enquanto ‘tutora’ de si mesma, prescindindo a tutoria do branco bom” (OLIVEIRA, p.10). No texto, o negro é protagonista da trama e de sua história, além de se apresentar enquanto ser crítico em relação ao preconceito racial e discriminação sofrida em sua comunidade local.

² Universidade do Estado da Bahia.

³ Termo utilizado na Dissertação de Mestrado de Maria Anória Oliveira realizada entre 2000 e 2003 (UNEB).

⁴ GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. 12. ed. São Paulo: FTD, 1998

A LITERATURA E SEUS ESPELHOS

A obra *A cor da ternura*, da escritora Geni Guimarães, consiste em uma narrativa em primeira pessoa, cujo narrador-personagem, mesmo sendo adulto (perceptível através da linguagem utilizada em sua escrita), remonta experiências de sua infância, pré-adolescência, adolescência e juventude. A parte mais detalhada da trama é a correspondente às suas memórias de infância, sendo a penúltima filha de uma família com oito irmãos. Enquanto negros e desprovidos de acúmulo de capital (pobres), Geni tem consciência de sua condição racial e social, o que a faz destacar-se diante de outras crianças.

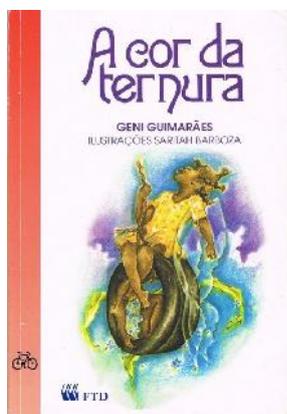


Imagem 1: O livro.

Fonte: internet.



Imagem 2: Geni Guimarães

Fonte: internet.

Autora de origem paulista, Geni Mariano Guimarães tornou explícito seus sentimentos, vivências e esperanças coletivas por meio de sua literatura. Publicou livros de poemas: *Terceiro filho* (1979), *Da flor o afeto, da pedra o protesto* (1981), *Balé das emoções* (1993); de contos: *Leite do peito* (1988), *A cor da ternura* (1989/1998); Literatura Infantil: *A dona das folhas* (1995), *O rádio de Gabriel* (1995), *Aquilo que a mãe não quer* (1998). Alguns de seus textos foram publicados na antologia afro-brasileira *Cadernos Negros* (poemas e contos), *Quilombhoje*.

A cor da ternura: da infância à fase adulta

Pertencendo a uma comunidade do campo, enfrenta as maravilhas do contato mais próximo com os animais, com a terra, assim como as perversidades do racismo à brasileira

presente nas atitudes, nos discursos e nas histórias contadas sobre seus antepassados. Sua principal referência é sua mãe, a qual vive o dilema de dividir o colo com o irmão casula. É com a mãe também que a personagem discuti inicialmente sobre sua cor – negra – e o drama que isto causa nas relações interpessoais:

- Mãe, se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?
 - Credo-em-cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse, mas se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer? [...] – Você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta...
 (GUIMARÃES, 1998, p.10)

A representação que o sujeito faz de si desde à infância está diretamente relacionada a sua motivação afetiva e seus relacionamentos em casa, na rua onde mora, na escola que frequenta. É esta representação social do negro que (re)configura seu contexto histórico e fomento de saberes, seja em África ou em sua diáspora. Conforme Silva,

Na representação social do negro, no processo de reconstituição e modelagem da sua percepção externa estão contidos os estereótipos, os preconceitos, os julgamentos, os juízos, que são elementos ou objetos internalizados da consciência dos indivíduos, que os utilizam para construir o conceito da percepção inicial apreendida e que passa a integrar o seu universo interior [...]. (SILVA, 2011, p.29)

É sob este conflito ainda inconsciente que a personagem Geni interpela sua mãe sobre a dualidade de cor/raça (preto X branco). Questões como esta reforçam a necessidade de abordar as relações étnico-raciais no âmbito educacional e, principalmente, no material didático. Pois, o livro didático “reproduz, em grande parte, através dos estereótipos, a ideologia da inferiorização das diferenças étnico-raciais e raciais” (SILVA, 2001, p.18-19).

Assim como os livros didáticos competentes a aplicação conteudista das disciplinas curriculares, os livros de literatura integram os recursos didáticos responsáveis pelos procedimentos pedagógicos de ensino-aprendizagem, assim como *instrumentos móveis de uma ideologia coletiva* (grifo meu). A contação de histórias, apresenta-se então, enquanto estratégia de manutenção, criação e reinvenção das sociedades. E qual o diferencial da história do povo negro na diáspora?

Hipoteticamente, afirmo ser a intenção de coletividade, a busca por uma origem única e significativa. Origem, esta, que se reproduz em pluralidade de vozes e linguagens. Segundo Nascimento (1980),

Se nós, como membros da Nação Africana espalhada nos países da diáspora, estamos para forjar uma unidade significativa no sentido de elevar a qualidade de vida das massas negras, de melhorar a nossa situação coletiva (pois ela é irredutivelmente coletiva), e compreendermos uns aos outros em nossa situação única, específica, devemos conter resolutamente esse tipo de distorção produzindo a nossa própria versão da realidade com o testemunho escrito. (NASCIMENTO, 1980, p.224)

São as lições de nossa oralidade diaspórica que fundamenta um outro aspecto de nossa Literatura Brasileira: A literatura Afro-brasileira. Apesar das diferentes nomenclaturas (e posturas epistemológicas) – Literatura afrodescendente, afro-brasileira, negro-brasileira, Negra – os termos correspondem a uma leitura e escrita de nós por nós mesmos.

Em contínuo, o poeta e crítico literário Cuti (2010), reflete sobre o tema de outra forma. Em um caráter diferenciado. Segundo o autor, o uso adequado do termo é Literatura Negro-Brasileira, pois aqueles escritores ao fazerem “literatura negro-brasileira”, a fazem bem, não por ouvirem dizer ou falar, mas por sentirem a literatura pela própria vivência. Além de serem marcados pelo preconceito e discriminação racial, utilizam a linguagem literária para expor suas vozes à ressignificação de sua raça.

Em consonância a Cuti, Evaristo expõe que: “A literatura negra apresenta um forte teor ideológico, pelo fato de lidar, de tomar como pano de fundo e de eleger como sua temática a história do negro, a sua inserção e as relações étnicas da sociedade brasileira” (*Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira*, s/n, p. 4). Segundo Florentina Souza (2005):

A polêmica sobre uma conceituação da literatura negra já existe desde há muito tempo. Alguns teóricos e escritores sempre contestaram a pertinência de apor-se qualquer qualitativo à expressão literária. Existe a tendência a enxergar no uso de adjetivos o apagamento/desvalorização da literatura enquanto expressão artística “acima” de qualquer classificação [...]. Para os escritores do *CN* [Cadernos Negros], no entanto, a questão que se coloca é a da possibilidade ou não de ser estabelecida uma relação entre autores negros e literatura negra ou tema ligado à vida do negro e literatura negra. (SOUZA, 2005, p.109)

Assim o faz Guimarães (1998), por meio do conto *A cor da ternura* e suas narrativas de si. Como foi dito anteriormente, a personagem, inicialmente, não tinha consciência plena de sua negritude, contudo, ao passo de sua inserção no ambiente escolar foi se confrontando

com o universo paralelo e inverso que nega a sua cor, a luta e competências dos seus ancestrais, negros escravizados e sujeitados a atos humilhantes. Deste modo foram retratados pela professora do lugar durante uma aula em homenagem à Princesa Isabel:

- Hoje comemoramos a libertação dos escravos. Escravos eram negros que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar, e pelos serviços prestados nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados às vezes até a morte. [...]

Quando dei por mim, a classe inteira me olhava com pena ou sarcasmo. Eu era a única pessoa da classe representando uma raça digna de compaixão, desprezo! (GUIMARÃES, 1998, p.65)

Nesta parte da narrativa, Geni expõe sua indignação com o discurso preconceituoso da sua professora sobre os negros escravizados no Brasil na época do Brasil Colônia e Império, além da reação de seus colegas (muitos brancos). É o momento de “tomada de consciência” do racismo atuando sob seu corpo, e toda a representatividade de sua ancestralidade negra. Conforme Silva (2001, p.19), “o produto final da invisibilidade e do recalque é a auto-rejeição e a rejeição ao outro assemelhado, um tipo insidioso de autodesvalorização que resulta em desagregação da identidade étnico [...]”.

Inicialmente, foi este fenômeno que ocorreu com a personagem, supondo ter a capacidade de apagar a “vergonha de sua ancestralidade” por meio de sua cor de pele:

Assim que terminou a arrumação, ela voltou para casa, e eu juntei o pó restante e com ele esfreguei a barriga da perna. Esfreguei, esfreguei e vi que diante de tanta dor era impossível tirar todo o negro da pele. Daí, então, passei o dedo sobre o sangue vermelho, grosso, quente e com ele comecei a escrever pornografias no muro do tanque d’água. (GUIMARÃES, 1998, p. 69)

Sem sucesso, a personagem desiste do feito e passa a observar os acontecimentos ao seu redor. Ainda assim, Geni (narrador-personagem) cresce com um sonho: ser professora. Sono este que não é apenas seu, mas de seu pai também que devido aos poucos estudos desejava algo melhor para seus filhos:

- Pai, o quer mulher pode estudar?
 - Pode ser costureira, professora... – [...] – Deixemos de sonho.
 - Vou ser professora – falei num sopro.
 Meu pai olhou-me como se tivesse ouvido blasfêmias.
 (GUIMARÃES, 1998, p.72)

Do mesmo modo como o racismo institucional atuou após sua formação inicial profissional diante do primeiro emprego:

No pátio do estabelecimento, tentando engolir o coração para fazê-lo voltar ao peito, suportei o olhar duvidoso da diretora e das mães, que, incrédulas, cochichavam e me despiam em intenções veladas. Só faltaram pedir-me o certificado de conclusão “para simples conferência”. (GUIMARÃES, 1998, p. 87).

Ao fim do conto, a personagem se ver enquanto pessoa negra, resultando em motivos de superação, alegrias e continuidade da resistência de seus antepassados, alimentando-os nos mesmos bons referenciais. A relação familiar descrita na obra é uma característica peculiar, pois é um dos primeiros textos de literatura infanto-juvenil que detêm a participação de uma família negra unida e feliz, apesar de suas baixas condições de recursos financeiros.

HISTÓRIAS, QUILOMBOS E APRENDIZADOS

Considerando as Leis 10.639/2003⁵, As Diretrizes Curriculares Nacionais⁶ de 2004 - referente a este ensino, o Plano Nacional de Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais em 2010, especificamente, para escolas quilombolas (rurais e urbanas) foi sancionada a Resolução nº08/2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Questionamos: nas instituições educacionais inseridas na comunidade quilombola, o livro didático utilizado no cotidiano escolar se reporta a perspectiva da Educação Quilombola?

A existência de alguns materiais didáticos organizados pelo SECADI – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – a partir de propostas pedagógicas e educacionais elaboradas pelo Movimento Negro no Brasil, principalmente após a década de 1970 com a criação do Movimento Negro Unificado e seus Grupos de Trabalho. Outras instituições que lutam pelo combate ao Racismo servem como aportes teóricos e metodológicos para a prática pedagógica das Relações étnico-raciais e, em específico, para a Educação Escolar Quilombola nos diferentes territórios rurais negros do país. Esses livros

⁵ Lei que implementa o ensino de história e culturas afro-brasileira e africanas, datado de 9 de janeiro de 2003.

⁶ Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

podem fazer parte do planejamento didático dos docentes, relacionando-os às vivências específicas para cada comunidade quilombola.

Reconhece quilombos enquanto “grupos étnico-raciais definidos por autodeclaração, com trajetória histórica, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica”. Ou seja, referencia os antepassados africanos que auxiliaram na construção desse ideário sob uma perspectiva afrocentrada. Dentre seus objetivos ressalto o “zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais”.

A resolução número 8 foi sancionada em 20 de novembro de 2012, data de referência da morte de Zumbi dos palmares, defensor da república dos Palmares (Serra da Barriga/Alagoas). A data é relevante para o objetivo o qual referencia: a sanção das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na Educação Básica de todo o território nacional. A medida faz várias considerações de ordem histórica para os movimentos sociais no Brasil e no Mundo.

É considerada a Declaração e o Programa de Ação de Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul no ano de 2001. Esta Conferência deu encaminhamento a diversas Políticas Públicas e Ações Afirmativas no Estado Brasileiro a partir de 2002 em que o Movimento Negro era um dos mobilizadores para melhorias à população negra.

A resolução relembra também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU) refletindo sobre questões do negro, da mulher e da pessoa humana. Dentre as demais considerações, é demarcado espaço da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a inclusão das leis 10.639/2003 e 11.645/2008). Assim como a Lei 12.288/2010 instituindo o Estatuto da Igualdade Racial.

Todas estas e demais considerações são relevantes para produzir as bases para a implementação da educação escolar quilombola em terras dessas Comunidades Tradicionais quilombolas tituladas e registradas. Em sua organização do ensino a ser ministrado nas instituições educacionais, estão os seguintes pontos: a) a memória coletiva; b) as línguas remanescentes; c) os marcos civilizatórios; d) as práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) os acervos e repertórios orais; g) os festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio das comunidades quilombolas de todo o país,

e por fim, h) a territorialidade. Veremos o destrinchar de alguns desses pontos durante a narrativa, validando assim a obra enquanto imagem para uma educação escolar quilombola.

a) a memória coletiva

Os mais velhos e suas histórias:

A verdade é que, quando a Vó Rosária – assim a chamávamos – chegava, já vinha acompanhada de toda a criançada. **Todos queriam ouvi-la contar** [grifo nosso] tão lindas e tristes histórias.

Foi assim que naquele dia, quando a Vó Rosária sentou-se, quase empurrada pela garotada, **minha mãe apressou meu penteado para nos juntarmos aos outros para poder ouvi-la** [grifo nosso]. (p.49)

b) as práticas culturais

O trabalho das parteiras:

- A Arminda foi trabalhar e eu fiquei no lugar dela. Não precisa se assustar. O pai foi buscar a **dona Chica Espanhola** [grifo nosso]. A mãe está deitada.

- A dona Chica espanhola?? – perguntei apavorada.

- Não é nada de mau, bobinha. Ela vai ajudar o **nosso nenê a nascer** [grifo nosso]. (p.18)

O ofício das rezadeiras/benedeiras:

[...] Comecei a sentir frio a qualquer hora do dia e da noite [...].

- **Lombriga aguada** – disse a dona Chica, que parecia sanguessuga nos nossos acontecimentos familiares.

Daí então **vieram os chás** [grifo nosso]: hortelã, poejo, alho etc. (p.24)

[...]

Foi assim que nesse mesmo dia, à noite, levaram-me à casa da dona Chica Espanhola. Depois de fazer **várias gesticulações estranhas** [grifo nosso], sentenciou:

- **Tem que trazer a menina aqui nove dias seguidos** [grifo nosso]. Está com acompanhamento. O espírito de Zumbi está do lado direito dela. **Vou fazer um trabalho especial.** [...]. (p. 36)

c) a territorialidade

Eu baixava a cabeça e fechava os olhos. Revivia o riso dela mil vezes e à noite deitava-me mais cedo pra pensar no **doce cheiro de terra e mãe.** [grifo nosso] (p.13)

Outra experiência em produção de material didático interessante a ser citada é Uma história do povo Kalunga (MEC, 2001). O livro é resultado de uma pesquisa aplicada por estudantes e professores da UNB nos vilarejos pertencentes ao quilombo Kalunga, em Goiás. O grupo de pesquisa foi coordenado por Glória Moura cuja metodologia de levantamento bibliográfico sobre a região, sua relevância na trajetória do negro brasileiro, a equipe realiza um trabalho etnográfico com referências na Antropologia e Historiografia brasileira.



Imagem 3: Livro didático

Fonte: site da SECADI

Além do exemplar sobre as manifestações culturais, desenvolvimento foi econômico e educacional na comunidade dedicado aos professores da Educação Básica das escolas locais, foi elaborado um Caderno de Atividades para auxiliar no trabalho pedagógico nessas mesmas instituições educacionais. A obra traz narrativas de fundação do quilombo e lendas compartilhadas oralmente. Acompanhadas dessas histórias são expostas imagens, desenhos elaborados pelas crianças dos vilarejos, fotos dos territórios e dos quilombolas no cotidiano e em festividades.

Por mais de dois séculos, essa história do povo Kalunga foi construindo sua identidade.

Ela está presente em tudo aquilo que faz parte do seu patrimônio cultural, em seus costumes e suas tradições. Isso é o que os mais velhos preservam e transmitem às crianças. Nas histórias que eles contam está a memória de todo o seu povo. Desde o tempo de seus ancestrais, ela foi sendo passada de geração em geração. Às vezes são histórias que se perdem lá para trás, no tempo da lenda, tempo do era uma vez...

[...]

Mas, também com os mais velhos, as crianças aprendem histórias que falam de um tempo que existiu de verdade.

O tempo da História, que é lembrado através da lenda.

[...]

Histórias que falam da vida de um povo, da natureza e do modo como esse povo aprendeu a se relacionar com a natureza. Histórias de gente de um tempo passado e das relações que essa gente aprendeu a manter com o mundo dos brancos, num tempo de medo e opressão. Histórias do tempo da História, que são outro jeito de contar a História que se aprende nos livros. Histórias do povo Kalunga, que as crianças também sabem contar.

(*Uma História do povo Kalunga*, 2001, p.41-42)

Dedica-se também a sugerir atividades pedagógicas para o cotidiano escolar. É uma obra inovadora, pois já é um indício de material didático a ser utilizado nas escolas que priorizem a Educação Escolar Quilombola, que só terá suas diretrizes curriculares nacionais sancionadas em final do ano de 2012 (RESOLUÇÃO nº 08). Este livro vem a ser uma iniciativa positiva e fomenta novos planos para demais comunidades carentes de livros didáticos/paradidáticos sobre suas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto *A cor da ternura* (1998) vem a ser nossa proposta de livro didático a fim de integrar o acervo de materiais e experiências de uma comunidade que lida com a terra, a natureza, de modo diferenciado. As relações interpessoais têm valor significativo. Além de contemplar o sentimento de pertencimento à cultura afro, que dentre tantas contribuições mantidas até a contemporaneidade, estão os quilombos e sua herança, cultural, musical, econômica e linguística.

Por fim, consideramos que existem outras obras da literatura afro-brasileira que convergem aos objetivos previstos nas diretrizes curriculares nacionais para a educação quilombola, contudo, a relevância do conto vai para além de seu pioneirismo na literatura infanto-juvenil, firma-se também na reverberação que as vozes de seus personagens fazem ecoar nas famílias, comunidades e territórios negros aquilombados por todo Brasil.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Roberto; MANEIRO, Jucka; SANDOVAL. Afirmção ao Poder. In: PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA, CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ. **O negro e o poder**. Vol. XIV. Salvador, 2006, p.67.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Escolar Quilombola na Educação Básica. RESOLUÇÃO N°8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília. Resolução CNE/CEB 8/2012. Disponível em: <www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em 14 fev. 2014

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira**. s/n. pdf.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. 12. ed. São Paulo: FTD, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus Oliveira. **Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989**. s/n, p. 1-13. Pdf

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011

Uma História do povo Kalunga. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC; SEF, 2001.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.